

Abolicionismo e formação da classe trabalhadora no Brasil:

uma abordagem para além do nacional

Marcelo Badaró Mattos*

Os estudos sobre o abolicionismo no Brasil viveram diferentes ciclos no que diz respeito às suas ênfases interpretativas. Condicionantes internacionais do processo de desescravização no Brasil sempre foram mencionados, com destaque para a pressão inglesa contra o tráfico transatlântico de escravos. Mais recentemente, entretanto, uma outra dimensão internacional do processo vem sendo destacada, a dos intercâmbios entre os abolicionistas brasileiros e a principal organização inglesa de combate internacional à escravidão. Em 1839, em Londres, foi criada a *British and Foreign Anti-Slavery Society*. A sociedade fora antecedida por uma *Anti-Slavery Society* (criada em 1823) e passou a ser chamada anos depois de *Anti-Slavery International Society*. Como a escravidão havia sido abolida nas Índias Ocidentais em 1833 e o sistema de “aprendizagem” que lhe sucedeu fora extinto em 1838, o objetivo da sociedade era estender a Abolição a outros recantos das Américas (e do mundo). Em todos os relatórios anuais da sociedade há diversas referências à escravidão no Brasil, com dados da população escrava e do tráfico negreiro, além de análises sobre o emprego da força de trabalho escravizadas nas minas e plantações. Somente nos anos 1880, entretanto, mais de quarenta anos depois de sua fundação, um contato mais sistemático entre a *Anti-Slavery Society* e os líderes parlamentares do abolicionismo brasileiro foi estabelecido, especialmente através de Joaquim Nabuco e, na sequência, da Confederação Abolicionista por ele animada. Esse contato vem sendo objeto de diversos estudos recentes.¹

Por outro lado, as diferentes abordagens sobre a abolição e o abolicionismo no Brasil, conferiram peso variável ao papel dos “segmentos populares” nas mobilizações que apressaram o fim da escravidão nos anos 1880. Há, porém, poucas pistas sobre um aspecto desse processo, que aqui é considerado fundamental. Trata-se da participação nas lutas abolicionistas dos setores organizados da classe trabalhadora em formação nos centros urbanos do país.

Esta comunicação procura combinar a atenção a esses dois aspectos do processo. As referências e trocas internacionais do abolicionismo brasileiro – no plano organizativo ou no das

* Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. Registra-se o apoio do CNPq à pesquisa em curso e a importância do trabalho da bolsista de IC Lilian Matias.

¹ ROCHA, 2009, é quem mais avança em analisar esses dados, tratando de uma “coligação” entre Nabuco e a sociedade com sede em Londres, e da importância dessa relação para ambos. Ver também BETHELL & CARVALHO, 2008.

ideias políticas – e o papel da classe trabalhadora no movimento abolicionista (assim como do abolicionismo no processo de formação da classe). Desde fins do século XVIII, é possível encontrar em diversos registros uma circulação de informações e propostas políticas abolicionistas que, partindo do continente europeu ou da América do Norte, encontrava no Brasil audiência e, muitas vezes, gerava repercussões, da mesma forma que movimentos locais repercutiam no Norte do Globo. Tal audiência das propostas abolicionistas em sua circulação internacional foi, muitas vezes, anterior e de origem mais plebeia do que o intercâmbio entre Joaquim Nabuco (parlamentar abolicionista brasileiro) e os respeitáveis dirigentes da *British and Foreign Anti-Slavery Society* nos anos 1880 indicaria. Pensando a partir de uma perspectiva que supere os limites da abordagem nacional, a proposta de pesquisa aqui ensaiada parte da constatação de que, se na Inglaterra dos anos 1790 a 1830, abolicionismo e luta pela a reforma parlamentar foram os dois principais movimentos de massa, cujos contatos foram ora mais diretos ora mais distantes, no Brasil dos anos 1860 a 1880, último país das Américas a por fim à escravidão, o abolicionismo ganhou dimensões populares amplas e envolveu, inclusive, o nascente movimento da classe trabalhadora. Esta comunicação restringe-se a apresentar algumas pistas desse processo, em suas primeiras manifestações no Brasil.

II

Edward Said propôs uma caracterização social de um aspecto dos mais conhecidos da história das ideias: a circulação de teorias e ideias. Afinal, “como pessoas e escolas de crítica literária, ideias e teorias viajam – de pessoa a pessoa, de situação a situação, de um período a outro.” (SAID, 1983,266)

Said buscou definir a dinâmica temporal e espacial do processo, explicando cada um dos passos da viagem das ideias, desde sua origem em um momento e lugar, até sua transformação pelos novos usos em outros lugares e momentos, passando pelos caminhos percorridos e pelas condições de recepção dessas ideias e teorias. Em suas palavras:

“Primeiro, há um ponto de origem, ou algo que pareça com um, um quadro de circunstâncias iniciais no qual a ideia nasce ou adentra ao discurso. Segundo, há uma distância percorrida, uma passagem através da pressão de vários contextos a medida que a ideia se move de um ponto anterior para outro tempo e lugar onde ela ganhará uma nova proeminência. Terceiro, há um conjunto de condições de aceitação ou,

como uma parte inevitável da aceitação, resistências – as quais então confrontam a teoria ou ideia transplantada, tornando possível sua introdução ou tolerância, não importa o quão estrangeira ela pareça ser. Quarto, a agora completa ou parcialmente ideia acomodada (ou incorporada) é, em alguma medida, transformada pelos novos usos, sua nova posição em um novo tempo e lugar.” (SAID, 1983, 266-267)

Entre as ideias que viajaram mais ao longo dos séculos XVIII e XIX, estiveram as relacionadas ao termo “liberdade”, no que nos interessa mais de perto em suas aplicações ao trabalho e aos trabalhadores, escravizados ou “livres”. O Brasil foi um dos portos em que aquelas ideias desembarcaram ao longo do século XIX. Por tratar-se de uma das maiores colônias/nações escravistas das Américas – e que ao longo do século viria a definir-se como a última a por fim à escravidão – o Brasil é por certo um dos mais interessantes espaços sociais para que entendamos de que forma trabalhadores escravizados e “livres” receberam e processaram as influências das ideias de liberdade do abolicionismo internacional e das propostas políticas e organizativas originadas no movimentos da classe trabalhadora europeia.

No que diz respeito aos primeiros passos do movimento abolicionista internacional, a partir de sua matriz britânica, é possível dizer que, nos seus momentos iniciais (anos 1770-80) ou na fase das vitórias parlamentares do início do século XIX, é possível encontrar convergências e distanciamentos entre os movimentos antiescravistas e o radicalismo que origina um movimento próprio da classe trabalhadora.² No entanto, na segunda metade do século XIX, numa perspectiva internacional, este movimento da classe incorpora claramente o tema da abolição como uma bandeira sua.

Um momento chave para entendermos tal incorporação é a década de 1860, quando da encruzilhada fundamental enfrentada pelos EUA, que levou à Guerra Civil entre os estados do Norte e do Sul, tendo por razão central a manutenção ou não do escravismo como base estruturante da economia agrária daqueles últimos. Assim, na Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), de outubro de 1864, diante da Guerra Civil estadunidense e da disjuntiva Sul escravista x Norte abolicionista, a AIT não tem dúvidas em defender uma posição e em registrar a responsabilidade da classe trabalhadora em pressionar os governos da Europa Ocidental para

² Há uma enorme bibliografia sobre essas relações entre abolicionismo e radicalismo de base operária. Para ficar em algumas referências, menciono FLADELAND, 1984; BLACKBURN, 2002; OLDFIELD, 1998. Apresentei uma síntese do debate em MATTOS, 2012.

renunciarem a qualquer neutralidade a respeito de questões como a da escravidão nas Américas e a servidão no Leste Europeu:

“Se a emancipação das classes operárias requer o seu concurso fraterno, como é que irão cumprir essa grande missão, com uma política externa que persegue objetivos criminosos, joga com preconceitos nacionais e dissipa em guerras piratas o sangue e o tesouro do povo? Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas a resistência heroica das classes operárias de Inglaterra à sua loucura criminosa, que salvou o Ocidente da Europa de mergulhar de cabeça numa cruzada infame pela perpetuação e propagação da escravatura do outro lado do Atlântico.”³

A manifestação da AIT não foi isolada. Em diversos artigos anteriores, desde ao menos 1961, Marx já vinha tratando do tema da escravidão nos EUA e da Guerra Civil como uma questão central para a política de classe do proletariado em escala internacional. Sua maior preocupação nos primeiros artigos escritos sobre o tema era desmontar os argumentos que procuravam justificar o levante dos estados confederados do Sul, em nome de uma presumida resistência liberal a tarifas restritiva impostas pelo governo da União, sob pressão dos estados do Norte. A questão central que levava à guerra, Marx não tinha dúvidas quanto a isso, era a da escravidão.⁴

Mais tarde, Marx louvaria a maturidade da consciência de classe do proletariado britânico quando, ainda que passando pelas maiores dificuldades decorrentes da crise da indústria têxtil com a interrupção do fornecimento do algodão pelos estados do Sul dos EUA, mantiveram-se firmes em defender publicamente, através de suas associações, um posicionamento do governo Inglês a favor dos estados do Norte e do fim da escravidão.⁵

Mais significativa ainda foi a troca de correspondências entre a AIT (novamente através da pena de Marx) e o presidente Lincoln, por ocasião de sua reeleição.⁶ Em, novembro de 1864, com a assinatura de diversos dos seus dirigentes, a Internacional encaminhou, através do embaixador estadunidense em Londres, uma carta felicitando Lincoln pela reeleição, com ampla margem de

³ Karl Marx, *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Fundada em 28 de Setembro de 1864 numa reunião pública, realizada em St. Martin's Hall, Long Acre, Londres, in

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>

⁴ Ver por exemplo o artigo publicado por Marx sob o título “The North American Civil War” (*Die Presse*, October 25, 1861), in <http://marxists.org/archive/marx/works/1861/10/25.htm>

⁵ Karl Marx, “A London Workers’ Meeting” (*Die Presse*, February 2, 1862), in <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1862/02/02.htm>

⁶ O episódio e seu contexto foram abordados na introdução do livro de BLACKBURN (2011), que também reproduz algumas dessas fontes.

votos. Segundo a carta, “se a palavra de ordem reservada da sua primeira eleição foi resistência ao Poder Escravocrata, o grito de guerra triunfante da sua reeleição é Morte à Escravatura.”⁷ O mote central da carta era não apenas o da solidariedade do proletariado europeu à luta contra a escravidão, mas o da valorização do fim da escravidão como parte do processo maior de emancipação da humanidade. E saudando a origem de classe de Lincoln, afirmava-se:

“Os operários da Europa sentem-se seguros de que, assim como a Guerra da Independência Americana iniciou uma nova era de ascensão para a classe média, também a Guerra Americana contra a escravatura o fará para as classes operárias. Consideram uma garantia da época que está para vir que tenha caído em sorte a Abraham Lincoln, filho honesto da classe operária, guiar o seu país na luta incomparável pela salvação de uma raça agrilhoadada e pela reconstrução de um mundo social.”⁸

Na resposta datada de janeiro de 1865, o embaixador em Londres, Charles Francis Adams, afirmava ter Lincoln lido a carta da AIT e orientado sua mensagem, reconhecia o sentido mais amplo da luta contra a escravidão em seu país e agradecia o apoio do Conselho Central da AIT, afirmando que:

“Nações não existem para si mesmas, mas para promover o bem estar e a felicidade da humanidade pelo intercâmbio benevolente e pelo exemplo. É nessa relação que os Estados Unidos consideram sua causa no presente conflito contra a escravidão, mantendo a insurgência pela causa da natureza humana, e retiram novos encorajamentos para perseverarem do testemunho dos trabalhadores da Europa de que a atitude da Nação é apoiada pela sua aprovação esclarecida e simpatia sincera.”⁹

Após o assassinato do Lincoln, a Internacional chegou a tentar manter a correspondência, agora endereçada a Andrew Johnson, o novo presidente, anunciando a possibilidade de uma nova era de emancipação do trabalho e lembrando que “para iniciar a nova era da emancipação do

⁷ Karl Marx, “A Abrahan Lincoln, Presidente dos Estados Unidos da América”, novembro, 1864.
<http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/11/29.htm>

⁸ Idem.

⁹ <http://marxists.org/archive/marx/iwma/documents/1864/lincoln-letter.htm>

trabalho, o povo americano delegou as responsabilidades da liderança sobre dois homens do trabalho - um Abraham Lincoln, o outro Andrew Johnson.”¹⁰ As ações de Johnson, entretanto, logo seriam questionadas por Marx e Engels. Em setembro de 1865, a Internacional mandou nova mensagem para o povo dos EUA defendendo que os libertos tivessem direito a voto. Em abril de 1866, Marx escreveu a Engels dizendo que a fase revolucionária aberta pela Guerra Civil estava sendo enterrada. (BLACKBURN, 2011, 54)

A causa antiescravista continuaria a ser abraçada por figuras e organizações destacadas das lutas dos trabalhadores europeus, envolvidas naquele contexto com a AIT. Se a *British and Foreign Anti-Slavery Society* fora fundada e continuava a ser dirigida por respeitáveis homens de negócio, *quacres*, dispostos a persuadir autoridades das nações em que ainda havia escravidão a progressivamente abolirem a instituição, alguns dos que dialogaram com aquela associação em outros países possuíam propostas mais radicais. Um exemplo interessante viria da Conferência de 1867, promovida em Paris pela própria *British and Foreign Anti-Slavery Society*, quando a escravidão no Brasil foi palco de uma ácida polêmica. Célia Azevedo atentou para o ocorrido, em seu estudo comparativo sobre o abolicionismo no Brasil e nos EUA. (AZEVEDO, 2003, 61-65) Em sua análise, destacou o contraste, nos documentos da conferência, entre a imagem negativa dos senhores escravistas do Sul dos Estados Unidos, recém derrotados na Guerra Civil e a visão relativamente positiva da escravidão brasileira, supostamente submetida a regras senhoriais menos desumanas.

Tal contraste foi questionado, na conferência, por uma voz dissonante: Elisée Reclus, o geógrafo anarquista, que desde 1865 pertencia à Seção parisiense da AIT e alinharia nos anos seguintes com o grupo Bakuninista na Internacional, atuando em 1871 na linha de frente da Comuna de Paris. Reclus pronunciou-se na Conferência de 1867 em nome de uma associação “Amigos da Liberdade”, propondo uma resolução substitutiva (“contra-resolução”) à que foi apresentada pelos organizadores e aprovada pelo plenário. Devido à sua grande insistência, a presidência dos trabalhos acabou por incluí-la nos anais do encontro, mesmo sem ter submetido seu texto à apreciação. Contra a proposta de simplesmente enviar ao governo brasileiro, entre outros, uma moção propondo a imediata abolição da escravidão, a proposta apresentada por Reclus e outros

¹⁰ AIT, “To Andrew Johnson, President of the United States”, maio 1865, in <http://marxists.org/history/international/iwma/documents/1865/johnson-letter.htm>

signatários apontava para uma condenação muito mais dura do Brasil, primeiro país mencionado em sua “contra-resolução”:

“No Brasil, especialmente, cerca de um quarto, talvez um terço dos habitantes do Império são, de acordo com a lei, meramente os bens, as máquinas de alguns poucos grandes proprietários. Agricultura, manufatura, comércio, quase o conjunto da riqueza pública, está fundado sobre a escravidão; e mesmo numa guerra denominada nacional, muitos soldados são escravos, vendidos pelos senhores para serem mandados para a morte. A conferência protesta contra esses crimes.”¹¹

Se os olhos dos militantes da AIT se voltavam para as Américas – para o Brasil de forma mais decidida, após o fim da escravidão nos EUA – e anunciavam seu compromisso com a abolição da escravidão como passo decisivo da emancipação da humanidade, dizia-se algo no Brasil daquela época sobre o abolicionismo e o socialismo da AIT?

III

Os anos 1860 não são propriamente o momento de ápice das lutas abolicionistas no Brasil. Naquela década, o debate sobre a “questão da mão de obra”, ou sobre o “elemento servil”, caminhava entre a recusa a encarar qualquer discussão sobre o fim da escravidão e as propostas de transição lenta e segura para o domínio do trabalho livre através da emancipação gradual dos escravos. Entretanto, no fim da década começaria a ganhar mais espaço (mesmo que pequeno quando comparado ao dos anos 1880) uma perspectiva mais radical, centrada na defesa da abolição imediata da escravidão e no enfrentamento direto com os senhores de escravos através de uma propaganda abolicionista aberta e da ação nos tribunais pela libertação exemplar de trabalhadores escravizados. Antes de chegar a esse ponto, cabe recuperar um pouco do debate historiográfico sobre o abolicionismo brasileiro, para melhor situarmos a discussão que aqui se quer fazer.

Em um texto recente, no qual apresenta um balanço dos debates historiográficos sobre o abolicionismo brasileiro, introduzindo sua própria leitura do processo, Jeffrey Needell destaca quatro fases principais da historiografia sobre o tema, que ele assim nomeia: “a tendência celebrativa das elites” (1888-1940s), “a tendência clássica marxista” (1950s-1960s), “a tendência da

¹¹ *Special Report of the Anti-Slavery Conference, held in Paris, in the Salle Bers, on the Twenty-Sixth and Twenty-Seventh August 1867.* London, Committee of British and Foreign Anti-Slavery Society. <http://www.recoveredhistories.org/pamphlet1.php?catid=784>

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

'agência radical"' (1970s), e a da "agência subalterna" (1970s e depois)."(NEEDELL, 2010, 233) Enquanto a primeira tendência teria predominantemente se caracterizado por associar o abolicionismo brasileiro a uma opção dos setores ilustrados da representação política parlamentar, o que Needell associa a um "marxismo clássico" seriam as teses que, denunciando a mistificação das memórias celebrativas das elites, tenderiam a anular o papel dos sujeitos sociais, entendendo a abolição como resultado automático das transformações econômicas. As análises por ele associadas à terceira tendência teriam incorporado muitas das premissas do "marxismo clássico", mas (re)introduziram uma ênfase no papel dos setores mais radicais do movimento abolicionista como protagonistas do processo, enquanto a última tendência, derivada da anterior, deslocou o eixo da análise do abolicionismo como movimento nacionalmente articulado, para o estudo de processos mais restritos de luta pela liberdade, particularmente dos afro-brasileiros, escravizados ou libertos.

Needell propõe uma análise que combine a ênfase na pressão do movimento abolicionista com o estudo da dinâmica política parlamentar, para uma compreensão mais equilibrada do processo. Embora registrando a existência de apelos políticos à massa dos trabalhadores e das manifestações de massa, Needell segue em linhas gerais uma caracterização do processo de pressão abolicionista como uma soma de ações dos afro-brasileiros, especialmente os escravizados em suas fugas e rebeliões, com a propaganda através de jornais e eventos promovidos pelos setores intermediários urbanos.(NEEDELL, 2010, 240 e 251) As organizações e lideranças da classe trabalhadora assalariada em processo de formação, continuam não aparecendo como agentes autônomos nesse processo, mesmo que a pressão popular seja destacada por algumas das análises recentes.

Retomando a caracterização do debate brasileiro nos anos 1860/1870, tendo em vista os limites de um texto desta natureza, fixarei-me em alguns poucos exemplos. Longe de completos ignorantes em relação ao movimento dos trabalhadores europeus, os trabalhadores ditos livres no Brasil pareciam acompanhar algumas das principais discussões do movimento operário internacional. No Rio de Janeiro, em 1858, em meio a uma greve de tipógrafos dos jornais diários da Corte, foi publicado um jornal dos grevistas, em que se pode constatar que as propostas socialistas já eram pelo menos conhecidas dos primeiros trabalhadores "livres" que se organizavam para atuar coletivamente. Os redatores do jornal, em artigo que defendia uma perspectiva de classe, proclamavam: "já é tempo de acabarem as opressões de toda a casta; já é tempo de se guerrear por todos os modos legais toda a exploração do homem pelo mesmo homem". E listavam diversas

referências do movimento europeu, ainda que procurando se diferenciar do “comunismo, quer de Cabet e de Luis Blanc, quer de Babeuf e de Buonaroti, e mesmo de todas as usanças do socialismo.”¹² Naquela mesma folha, publicada durante a greve de 1858, os tipógrafos grevistas defenderam a emancipação gradual dos trabalhadores escravizados.¹³

Em São Paulo, durante entre os anos 1860 e o início do período de maior mobilização abolicionista na década de 1880, a principal liderança abolicionista foi Luiz Gama, que após ter nascido livre e ser vendido como escravo pelo próprio pai, buscou a própria liberdade e passou a lutar pela libertação do maior número possível de escravos, através da arrecadação pública de fundos para a compra de alforrias e, principalmente, utilizando-se dos tribunais, transformados por ele em tribunas para a denúncia dos horrores da escravidão. (BENEDITO, 2006) As ações de Gama encontraram suporte material e de mobilização em diversas figuras da sociedade paulistana, mas também entre organizações coletivas. Para o que interessa a esta discussão, chama a atenção a referência ao Circolo Operario Italiano, como um dos seus mais constantes apoiadores nos anos seguintes.¹⁴

O abolicionismo radical de Gama, significativamente na vanguarda dos discursos mais moderados a defenderem a “emancipação gradual”, não era infenso às propostas organizativas do movimento dos trabalhadores no plano internacional. No jornal *Radical Paulistano*, comprometido com um programa “radical” (republicano, pelo sufrágio universal, pela abolição, entre outras propostas), no qual atuaria como redator, encontramos um artigo assinado por Gama em 1869, em que tomou o exemplo do Bispo Antônio Joaquim de Melo – prelado de influência em Roma e conselheiro de Pedro II – que voltara atrás em uma promessa registrada em cartório de alforriar alguns escravos, para criticar com ironia a hipocrisia da Igreja em relação à escravidão. No artigo, carregando na ironia, Gama justifica a recuperação dos atos do emérito religioso da seguinte forma: “Recontar às gerações por vir os feitos notáveis dos grandes homens é o primeiro dever dos historiadores do presente; é este o meio de perpetuar na memória dos séculos os atos heroicos dos mártires do socialismo.”¹⁵

Nos quase vinte anos que separam o artigo de Gama da abolição definitiva da escravidão no país, muitas mobilizações iriam acontecer. Embora pouco destacados pela historiografia até aqui, naquele processo ficavam cada vez mais evidentes os elos, que começavam a se manifestar na

¹² *Jornal dos Tipógrafos*. Rio de Janeiro, 23/1/1858, p. 2.

¹³ *Jornal dos Tipógrafos*. Rio de Janeiro, 18/1/1858, p. 2-3,

¹⁴ *O Abolicionista*, Rio de Janeiro, 1/09/1881, p. 5.

¹⁵ *Radical Paulistano*, São Paulo, 24/05, 1869, p. 2. http://memoria.bn.br/pdf/713473/per713473_1869_00006.pdf

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

atuação de Luiz Gama, entre as organizações da classe trabalhadora em formação e as ações abolicionistas, nutridos por uma circulação internacional de teorias e ideias políticas cuja trajetória já somava um século. Deste capítulo da história, esta comunicação faz apenas uma introdução.

Bibliografia

- BENEDITO, Mouzar, *Luiz Gama, o libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin*, São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de, *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (correspondência 1880-1905)*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2008.
- BLACKBURN, ROBIN, *An unfinished revolution – Karl Marx and Abraham Lincoln*, London/New York, Verso, 2011.
- BLACKBURN, Robin, *A queda do escravismo colonial (1776-1848)*, Rio de Janeiro, Record, 2002.
- FLADELAND, Betty, *Abolitionists and working-class problems in the age of industrialization*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1984.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Abolicionismo e ação coletiva da classe trabalhadora: um olhar para além do nacional a partir do Brasil”, Comunicação apresentada ao II Simpósio Internacional Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, novembro 2012.
- NEDELL, Jeffrey D., “Brazilian Abolitionism, its historiography, and the uses of political history”, *Journal of Latin American Studies*, no. 42, Cambridge, 2010.
- OLDFIELD, J. R., *Popular politics and British anti-slavery*, 2a. Ed, London, Routledge, 1998.
- ROCHA, Antonio Penalves, *Abolicionistas brasileiros e ingleses: a coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*, São Paulo, Unesp, 2009.
- SAID, Edward, *The world, the text and the critic*, Cambridge-Massachusetts, Harvard University Press, 1983.